



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.130033-0/002

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV  
0/002 GUAXUPÉ AGRAVANTE(S)  
MINAS GERAIS AGRAVADO(A)(S)

7ª CÂMARA CÍVEL Nº 1.0000.21.130033-  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
-----

**DECISÃO**

Vistos.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a r. decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível e de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Guaxupé que, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer ajuizado por -----, determinou ao Município de Guaxupé, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, inclua o nome do autor na lista de vacinação para pessoas com comorbidade, promovendo a sua imunização com a vacina disponível a exceção do CoronaVac e Astrazenica, **no prazo de 24 horas**, após o recebimento desta decisão.

Em suas razões recursais o agravante alega a incoerência e imprecisão da decisão do magistrado monocrático que tem potencial para provocar grave repercussão para a saúde pública no cumprimento do Plano Nacional de Imunização – PNI, não só nesta comarca de Guaxupé, mas também a nível nacional.

Afirma que a adoção da vacinação como medida sanitária está validada pela Lei n. 13.979/2020 (art. 3º, III, “d”) e sua execução deve se pautar em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde (art. 3º, § 1º).

Alega que, diante do quantitativo reduzido disponível, é essencial o estabelecimento de grupos prioritários, como forma de garantir a melhor eficácia epidemiológica progressiva e, ainda, o adequado funcionamento dos serviços de saúde.



Endossa que está claro que os municípios brasileiros devem seguir o esquema vacinal e dosagem estabelecidos pela Anvisa e que foram definidos após estudos clínicos específicos.

Pontua que o Ministério da Saúde também já informou que os indivíduos, que iniciaram a vacinação contra a Covid-19, deverão completar o esquema com a mesma vacina, posição, aliás adotada pela OMS, pois não existe benefício reconhecido no uso de doses de vacinas diferentes e, ainda, pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19, recomendação de administração de “doses adicionais de vacinas”.

Ressalta que sob o ângulo dos resultados dos estudos técnicos científicos vigentes e atualizados, a decisão monocrática também não se sustenta.

Afirma que a médica -----, inscrita no CRM/MG ----- não é infectologista, mas sim cirurgiã vascular com especialização em medicina do trabalho, motivo pelo qual entende que não lhe compete atestar a necessidade de reaplicação da dose.

Esclarece que os órgãos regulatórios tanto do Brasil quanto dos EUA alertam que o teste de detecção de anticorpos não serve para medir o nível de proteção contra o vírus.

Alega que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desaconselha o uso de tais testes sorológicos para atestar a proteção vacinal desde março de 2021, quando publicou.

Diante do exposto, pugna o agravante pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso. No mérito, requer que seja dado provimento ao agravo de instrumento para reformar a decisão agravada.

É, em síntese, o relatório.

Conheço do recurso, já que satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade.



Nos termos do artigo 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, o Relator poderá imprimir efeito suspensivo ao agravo, ou deferir em antecipação de tutela, total ou parcialmente, desde que a decisão impugnada possa resultar, a um só tempo, lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação.

Destarte, a pretensão deverá, desde logo, manifestar-se como escorada em motivos reveladores de fundamentos convincentes e relevantes capazes de evidenciar a verossimilhança do direito da parte e a intensidade do risco de lesão séria.

No presente caso o autor requereu que lhe fosse concedido o direito de vacinação por meio de aplicação de nova dose - que não fosse a Coronavac ou Astrazenica -, isso porque, embora esteja vacinado com as duas doses da vacina Coronavac, ao realizar exame laboratorial para constatar o índice de imunidade, verificou-se a presença negativa de anticorpos IgG (inferior a 20%), motivo pelo qual requereu a reaplicação, vez que possui 75 anos de idade e comorbidades, tais como hipertensão e cardiopata, além de ter sido submetido à tratamentos.

Pois bem.

Com efeito, ao judiciário, em regra, não compete se imiscuir no mérito administrativo, cabendo apenas analisar a legalidade do ato administrativo, em prestígio ao sistema de freios e contrapesos constitucionalmente garantido no art. 2º da Magna Carta.

*In casu*, a celeuma que circunda os autos diz respeito a legalidade do ato administrativo que não permite a reaplicação de nova vacina àqueles que já foram devidamente vacinados.

Deveras, o Estado Brasileiro adquiriu diversas vacinas de diferentes laboratórios e produtores, todas elas devidamente aprovadas pela ANVISA, por esse motivo vem aumentando os casos



de procura pela reaplicação da vacina por pessoas que já foram contempladas pelo plano de imunização.

Com efeito, o agravado justifica a necessidade de reaplicação em razão dos resultados constantes em seu teste imunológico, contudo consta da Nota Técnica da Sociedade Brasileira de Imunização a não recomendação de realização de sorologia para avaliar resposta imunológica às vacinas COVID-19, *in verbis*:

Porém, os estudos de avaliação de eficácia vacinal baseados em testes sorológicos têm demonstrado grandes variações em diferentes cenários epidemiológicos frente às diferentes vacinas, complicando ainda mais a interpretação dos resultados de mensuração de anticorpos neutralizantes no cenário de circulação das novas variantes de atenção/preocupação (*variants of concern*, na sigla em inglês) em vários países ou regiões.

(...)

Entretanto, sabemos que **a resposta imune desenvolvida pela vacinação não depende apenas de anticorpos neutralizantes. Tanto a infecção natural quanto a vacinação estimulam o sistema imunológico de forma mais ampla, gerando também anticorpos não neutralizantes** que agem de maneira diferente, e a estimulação de células TCD4+ e TCD8+ (imunidade celular), que exercem importante papel na proteção contra a COVID-19.

(...)

**A complexidade que envolve a proteção contra a doença torna desaconselhável a dosagem de anticorpos neutralizantes com o intuito de se estabelecer um correlato de proteção clínica, pois certamente não se avalia a proteção desenvolvida após vacinação apenas por testes laboratoriais “*in vitro*” através da dosagem de anticorpos neutralizantes.**

Da mesma forma, consta também no próprio exame realizado pelo agravado que “*não existe até o momento definição de quantidade mínima de anticorpos neutralizantes necessária para conferir*



*proteção imunológica contra a infecção pelo sars-cov- dessa forma esse teste não deve ser utilizado para determinar proteção vacinal.”*

Ademais, em juiz perfunctório, entendo que se deve considerar que o atestado médico particular subscrito por profissional em especialidade em cirurgia vascular não é suficiente para ensejar a concessão da tutela pleiteada, devendo prevalecer, a priori, a recomendação da ANVISA, o Programa Nacional de Imunização e o Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação da COVID19, sendo certo que, até o momento, nenhum dos Órgãos Federais ou Ministérios recomendaram a reaplicação da vacina àqueles que já foram devidamente vacinados, sobretudo porque, se houvesse a referida recomendação, haveria, inclusive, prioridades a serem estabelecidas na reaplicação.

Dessa forma, *a priori*, vislumbro a plausibilidade nas alegações do agravante; bem como a urgência capaz de ensejar a concessão do efeito suspensivo da decisão ora combatida, uma vez que, ao que apreço, esta vai de encontro com as determinações do Ministério da Saúde e da comunidade científica; bem como causa prejuízo à logística de Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 (PNO) e aos demais cidadãos que aguardam na fila de espera sua chance de se imunizar – mormente considerando a escassez e urgência da ampliação da vacinação aos demais cidadãos que ainda não foram imunizados.

Ante o exposto, **defiro a tutela de urgência**, concedendo efeito suspensivo à decisão combatida.

Comunique-se ao MM. Juiz da causa e requisitem-se informações.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta, no prazo legal.

Após, remetam-se os autos à il. Procuradoria-Geral de Justiça.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.130033-0/002

---

Belo Horizonte, 21 de julho de 2021.

DES. WILSON BENEVIDES  
Relator